



DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DE PEDAGOGIA

EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA
MAIS EDUCAÇÃO

JOELMA RODRIGUES SOUTO MIRANDA

GUARABIRA – PB

2015

JOELMA RODRIGUES SOUTO MIRANDA

EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA MAIS
EDUCAÇÃO

Monografia apresentada à Coordenação do Curso do PARFOR- Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica / Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba – Campus III – Guarabira, em cumprimento aos requisitos necessários para obtenção do Grau de Licenciatura em Pedagogia.

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL DE
GUARABIRA/UEPB

M672e

Miranda, Joelma Rodrigues Souto

Educação em tempo integral: uma análise do programa
Mais Educação / Joelma Rodrigues Souto Miranda. –
Guarabira: UEPB, 2015.
35 p.

Monografia (Graduação em Pedagogia-PARFOR) –
Universidade Estadual da Paraíba.

“Orientação Prof. Me. José Otávio da Silva”.

1. Escola. 2. Mais Educação. 3. Educação – Tempo
Integral. I.Título.

22.ed. CDD 370

EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA
EDUCAÇÃO

5

Data da defesa: 08 / 08 / 2015

Banca Examinadora:

José Otávio da Silva

Prof. Ms José Otávio da Silva-UEPB

Orientador

Mônica de Fátima Guedes de Oliveira

Profª Ms. Mônica de Fátima Guedes de Oliveira-UEPB

Examinadora

Azemar dos Santos Soares Júnior

Prof. Ms. Azemar S. Soares Júnior- UEPB

Examinador

GUARABIRA

2015

A Deus, que declinou sobre mim o amor e a benção, aos meus pais, meu esposo e meus filhos, Anna Virgínia e Eduardo Filho pessoas que tanto amo e dedicaram seu tempo e compartilharam suas experiências para que minha formação fosse também um aprendizado de vida, meu carinho e minha homenagem.

AGRADECIMENTOS

A Deus que me iluminou sob sua proteção, concedendo-me força e sabedoria para ir além das dificuldades.

A todos os professores por me proporcionar o conhecimento não apenas racional, mas a manifestação do caráter e afetividade da educação no processo de formação profissional, por tanto que se dedicaram a mim, não somente por terem me ensinado, mas também por terem me feito aprender.

A todos os amigos, companheiros de trabalho e irmãos na amizade que fizeram parte da minha formação, em especial a Cleide Mendes, Luciene Barros e Dânia Figueredo que me ajudaram a concluir mais uma etapa da aprendizagem, auxiliando assim no aprimoramento dos conhecimentos e na busca pela melhoria qualitativa da educação.

Ao orientador José Otávio da Silva pelo suporte no pouco tempo que lhe coube, pelas suas correções e incentivos e que me ensinou de forma responsável, consciente e humilde a trilhar os caminhos da competência do sucesso e da vitória.

RESUMO

Este trabalho traz uma reflexão acerca da importância de uma educação integral e de tempo integral para o pleno desenvolvimento dos educandos, oportunizando assim aos mesmos, uma educação de qualidade como está garantida na Constituição Federal e na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) formando cidadãos em todas as suas dimensões. A ideia de uma educação integral e de tempo integral não é recente, há muitos anos ao longo de toda história da educação tem se discutido sobre este assunto. Desde o século XX já se esboçava um formato de educação que fosse além do currículo escolar já conhecido, diversos movimentos colaboraram para essa discussão ganhar força, dentre eles: o integralista, o anarquista e sobretudo o movimento escola-novista. Entender o que é uma educação integral é o ponto chave para a efetivação da mesma, é necessário diferenciar o que é de fato uma educação integral e uma educação de tempo integral, esclarecer essa diferença abre novos caminhos para reflexão daquilo que o governo tem se proposto a inserir nas escolas através de estratégias, dentre elas o Programa Mais Educação, criado com o pressuposto de melhorar o desenvolvimento da aprendizagem do educando, elevando a qualidade do ensino e ampliando a jornada escolar, procurando assim melhorar os índices educacionais do país.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Integral. Aprendizagem. Escola.

ABSTRACT

This paper presents a reflection on the importance of a comprehensive education and full-time for the full development of the students, so providing opportunities to them, quality education as is guaranteed in the Federal Constitution and the LDB (Law of Directives and Bases of Education) forming citizens in all its dimensions. The idea of a comprehensive education and full-time is not new, for many years throughout history education has been discussing this issue. Since the twentieth century already outlined an education format that would go beyond the school curriculum already known, various movements have contributed to this discussion gain strength, including: the fundamentalist, the anarchist and especially the school-novista movement. Understanding what is a comprehensive education is the key to the realization of it, it is necessary to differentiate what is in fact a comprehensive education and a full-time education, clarify this difference opens new avenues for reflection of what the government has proposed to enter the schools through strategies, among them the More Education Program, created with the assumption enhance the development of student's learning, raising the quality of education and expanding the school day, thus seeking to improve educational levels in the country.

KEYWORDS: Education Integral. Learning.School

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
CAPÍTULO I: BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL.....	10
1.1 Buscando definições da educação integral e educação de tempo integral.....	12
1.2 Marcos legais sobre a educação integral.....	15
CAPÍTULO II: DIAGNOSE DA ESCOLA PESQUISADA.....	19
2.1 Histórico.....	19
2.2 Aspectos físicos e organização escolar.....	19
2.3 Programas em funcionamento na escola e o Projeto Político-Pedagógico.....	21
CAPÍTULO III: A PESQUISA: PROCESSO TEÓRICO METODOLÓGICO.....	29
3.1 Aspectos metodológicos da pesquisa.....	29
3.2 O Programa Mais Educação: aspectos gerais.....	30
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	32
REFERÊNCIAS	

INTRODUÇÃO

A educação integral vem sendo discutida ao longo da história da educação, ultimamente tem ganhado mais visibilidade, devido a uma estratégia utilizada pelo governo para inseri-la nas escolas: o Programa Mais Educação. A educação integral precisa ser de tempo integral para que a escola seja integradora e possa contribuir para o desenvolvimento do meio em que está inserida, uma vez que esta busca identificar e valorizar as potencialidades locais, integrando, dessa forma os diversos saberes: culturais, econômicos, políticos, artísticos etc, associando todos esses fatores às atividades curriculares de sala de aula.

Buscando estratégias para melhorar o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) do país, o governo cria, em 2007, o Programa Mais Educação uma política pública direcionada, de início, as escolas que obtiveram baixo IDEB. O Programa amplia a visão e o entendimento que se colocava exposto de tempo e espaço educativo, indo além dos muros das escolas e valorizando saberes, por vezes deixados de lado pela escola e potencializando-os.

O referente estudo trará uma reflexão acerca da Educação Integral e de tempo integral proporcionando aos educadores a oportunidade de conhecer melhor esta prática e abrir caminhos para novos estudos sobre a temática em destaque auxiliando-o na efetivação de uma aprendizagem que contemple todas as dimensões do educando.

Para a realização deste estudo pautamos em uma pesquisa bibliográfica e exploratória e está dividido de forma que trataremos inicialmente do histórico da Educação Integral ressaltando sobretudo que esta não é uma proposta nova mas que há algum tempo já vem sendo discutida por profissionais da educação, em seguida discorreremos acerca das definições e diferenciações entre os termos: educação integral e educação de tempo integral, partindo de pensamento de autores que se dedicaram a estudar esta área, finalizaremos discorrendo sobre uma das estratégias do governo de se implantar a educação integral e de tempo integral nas escolas do Brasil.

CAPÍTULO I: BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL

Atualmente muito tem se falado em Educação Integral, contudo, poucos sabem que esta não é uma novidade, há muito tempo já se falava em uma proposta de educação que formasse o indivíduo por completo em todas as suas dimensões, respeitando suas habilidades e potencializando-as.

A ideia de uma educação integral existe desde o início do século XX e vem sendo discutida ao longo da história da educação. Desde 1912 com a implantação das escolas Modernas que surgiram com o movimento Anarquista (movimento que existiu em diversos países combatendo o capitalismo e almejando a destruição do Estado) já tínhamos alguns conceitos bem presentes na educação integral que conhecemos hoje, a criação dessas escolas que, surgiam com novas propostas pedagógicas muito distintas das conhecidas na época já apresentava em seu currículo a valorização de saberes até então descartados, contudo o ensino não era gratuito.

Mais tarde em 1932 surge um dos movimentos mais marcantes no Brasil em referência a Educação Integral que nasceu de um manifesto lançado por Plínio Salgado intitulado “ O manifesto de outubro”, este trazia propostas de uma pregação patriótica. O movimento integralista defendia a ideia da Educação Integral visando a formação do homem por completo contemplando todos os seus aspectos

O verdadeiro ideal educativo é o que se propõe a educar o home todo. E o homem todo é o conjunto do homem físico, do homem intelectual, do homem cívico e do homem espiritual. (AIRES, in CAVALARI, 1999, p. 46)

Diferentemente do movimento Anarquista que optava pela emancipação da formação humana, o movimento Integralista tinha seu foco na espiritualidade, no nacionalismo e na disciplina, priorizando a educação conservadora, todavia este ensino era oferecido gratuitamente.

Na primeira metade do século XX, emerge mais um movimento que, por sua vez, teve grande repercussão no Brasil: O Movimento Escola Nova em que o professor deixa de ser o centro da aprendizagem para ser um facilitador colocando o aluno como ser ativo e centro no processo de aprendizagem, fazendo uma ligação direta entre a escola e a vida do educando

As classes deixavam de ser locais onde os alunos estivessem sempre em silêncio, ou sem qualquer comunicação entre si, para se tornarem pequenas sociedades, que imprimissem nos alunos atitudes favoráveis ao trabalho em comunidade. (FILHO, 1950, p. 133)

Um marco importante do movimento da Escola Nova no Brasil foi o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova que trazia diretrizes para uma política de Educação nacional. A partir dos anos de 1950, Anísio Teixeira, um dos principais nomes do Movimento, constrói escolas-modelo para assim consolidar as ideias propostas pelo mesmo.

O manifesto dos pioneiros da Educação abriu um grande viés para a defesa da Educação Popular, destacando-se aí as ideias de Paulo Freire e é na década de 1950 que esse movimento se intensifica e evidencia-se a construção de uma escola voltada para os interesses populares, propondo uma educação emanada da realidade social, política e econômica vivenciada na época, pautando-se em uma metodologia do diálogo, levando o indivíduo a refletir sobre sua realidade, sobre si mesmo. É sobretudo uma educação que almeja uma transformação, partindo de uma conscientização.

Dessa forma fica claro a educação como um direito inerente ao ser humano. Todas as ideias que sugeriam uma educação que se pautasse em uma relação escola-comunidade ou que sugerisse uma educação completa em todas as dimensões humanas aponta para a Educação Integral, uma maneira de educar indo além do currículo intelectual, essas ideias foram surgindo e se consolidando ao longo do tempo até os dias atuais, onde encontramos tentativas da efetivação da mesma através de várias iniciativas nascidas em diversas partes do mundo.

1.1 Buscando definições para a educação integral e educação de tempo integral

A educação integral diz respeito a uma formação que contempla todos os sentidos dos indivíduos, valorizando suas habilidades e potencializando-as, esse é o conceito mais conhecido e que é fundamentado na LDB n. 9.394/96, em seu artigo 2º, que determina como princípio e fim da educação o "pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho", apontando também para uma concepção de educação integral, mesmo sem defini-la como tal. O Art. 205 da Constituição Federal de 1988 determina acoberta o artigo citado colocando que "a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade". Desta maneira fica evidenciada a responsabilidade do estado que, com o apoio da família e da sociedade é responsável por garantir uma Educação de qualidade aos indivíduos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/96 – traz ampliação progressiva da jornada escolar do ensino fundamental para o regime de tempo integral nos seus Arts. 34 e 87. Temos garantido ainda, que "a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais" (Art. 1º), o que nos proporciona uma amplitude maior de espaços educacionais.

A aprendizagem tem seu início desde o nosso nascimento e se estende ao longo da vida, passando por todos os espaços: na família, com os pais; com os amigos, na nova família, na escola; em espaços formais e informais, dessa forma a educação para ser oferecida tal qual está pressuposta na LDB não pode estar presa há um currículo extremamente direcionado ao desenvolvimento cognitivo do educando, ele precisa contemplar todos os seus demais aspectos, formando assim o indivíduo em todas as suas dimensões: cultural, emocional, afetiva, cognitiva etc. Aprender pressupõe a superação de enigmas, algo que desafia o que já conhecemos e que instiga o desejo de superar, ou seja, o aprendizado não pode estar desligado das vivências do dia a dia, ele precisa ser uma continuidade. Porém, isso só é possível se for estabelecida uma relação entre o

particular e o geral, entre o local e o global, entre o que o define como sujeito e o mundo que o rodeia.

Para se tornar, efetivamente, integral a educação deve, dessa forma buscar espaços e momentos, organizados dentro do próprio currículo que propiciem a aprendizagem por inteiro, partindo do já conhecido, daquilo que já é parte da vida do aluno para o novo, para o aprimoramento e aperfeiçoamento do já sabido, como também de suas habilidades.

Nesse sentido, cabe vale considerar o desenvolvimento de um currículo mais claro no contexto de uma educação (de tempo) integral como nos expõe Lígia Coelho e Dayse Hora :

Entendemos Educação Integral dentro de uma concepção crítico-emancipadora em educação. Na prática, ela eclode como um amplo conjunto de atividades diversificadas que, integrando o e integradas ao currículo escolar, possibilitam uma formação mais completa ao ser humano. Nesse sentido, essas atividades constituem-se por práticas que incluem os conhecimentos gerais; a cultura; as artes; a saúde; os esportes e o trabalho. (HORA; COELHO, 2004, p. 9).

Essa concepção de Educação Integral é bem clara e objetiva, colocando a mesma como um complemento que precisa ser adicionado ao currículo escolar, por nós conhecido, porém valorizando outros conhecimentos que, por muitas vezes são deixados de lado pela escola que interpreta como um conhecimento não escolar. Isso se dá pelo fato de que é feita uma hierarquização de saberes, elevando aqueles que são considerados; mais importantes e excluindo aqueles considerados populares, dispensáveis, contudo Paulo Freire já esclarece que "Não há saber mais, nem saber menos, há saberes diferentes" (FREIRE, 1987, p.68).

É cada vez mais notória a necessidade da inserção de outros assuntos dentro do currículo escolar, com o desenvolvimento da sociedade foi percebendo que apenas os conhecimentos historicamente adquiridos e definidos como formais eram muito pouco perto do que se precisava desenvolver para formar cidadãos que atendessem as exigências da sociedade vigente e aos poucos, de forma interdisciplinar, foi se

colocando outros assuntos, não de maneira específica, mas sim como temas transversais. Nesse sentido Gimeno Sacristán coloca:

exige-se dos currículos modernos que, além das áreas clássicas do conhecimento, dêem noções de higiene pessoal, de educação para o trânsito, de educação sexual, educação para o consumo, que fomentem determinados hábitos sociais, que previnam contra as drogas, que se abram para novos meios de comunicação, que respondam às necessidades de uma cultura juvenil com problemas de integração no mundo adulto, que atendam aos novos saberes científicos e técnicos, que acolham o conjunto das ciências sociais, que recuperem a dimensão estética da cultura, que se preocupem pela deterioração do ambiente, etc. (GIMENO SACRISTÁN, 1998, p. 58).

Sendo assim fica clara a necessidade da valorização dos demais conhecimentos que precisam fazer parte da formação dos educandos, frente a esta realidade foram emergindo estratégias para que se pudesse alcançar todo o aprendizado desejado e dentre muitas iniciativas vem a possibilidade de uma educação de tempo integral.

Não há como falar em Educação Integral sem tratar de tempo e espaço, estes são fatores que influem diretamente na execução da mesma, passando pela ampliação da jornada escolar como também pelos espaços de aprendizagem, essas variáveis em conjunto são de suma importância para a formação integral a que essa educação propõe. Nesse sentido Jaqueline Moll coloca:

[...] de nada adiantará esticar a corda do tempo: ela não redimensionará, obrigatoriamente, esse espaço. E é, nesse contexto, que a educação integral emerge como uma perspectiva capaz de re-significar os tempos e os espaços escolares. (2009, p. 18).

O fato de ampliar a jornada escolar não pressupõe a realização de uma educação integral, é preciso muito mais que isso, faz-se necessário que esse tempo seja otimizado e que desperte o interesse dos educandos. Experiências de ampliações de jornada escolar que não partiam dos interesses dos alunos trouxeram má impressão à população e descrédito como coloca Cavaliere:

Em alguns casos, pode ocorrer um efeito paradoxal causado pela ampliação do tempo. Na experiência dos CIEPs da cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, houve casos em que a jornada integral,

empobrecida em sua rotina devido à falta de atividades diversificadas, gerou o efeito contrário ao esperado. Nos CIEPs de 5ª a 8ª série, a ocupação pouco interessante do horário integral levou à criação de um conceito negativo sobre essas escolas e ao seu consequente esvaziamento (CAVALIERE, 2007, 1019).

Podemos compreender, dessa forma, que o aluno não precisa de qualquer atividade que preencha o tempo ampliando assim sua jornada, ele precisa se reconhecer nas atividades propostas, fazendo uma ligação direta entre seus conhecimentos e os saberes ali oferecidos. O sucesso ou o fracasso de experiências de ampliação de jornada escolar depende muito da sua operacionalização, de como ela é organizada de forma a estabelecer uma comunicação direta com a população local, sua cultura, seus interesses e necessidades.

1.2 Marcos legais sobre a educação integral

É possível perceber que muito tem se falado na educação plena do sujeito e consequentemente de uma educação Integral. A literatura existente vem discutindo através de seus estudiosos a Educação Integral, mas, precisamos compreender também o que a legislação brasileira diz a respeito dessa formação. Partiremos da nossa Constituição Federal de 1988 que traz em seu texto a garantia de direitos sociais para toda a população e já em seu Art. 3º mostra quão grandes são seus objetivos:

- I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II - garantir o desenvolvimento nacional;
- III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

A Constituição Federal vem com grandes metas a ser cumprida em todas as áreas da sociedade, a educação é um dos Direitos essenciais que são garantidos pela mesma e é reconhecida enquanto um direito social como esclarece em seu Art. 6º: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a

segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. ” Esses direitos permitem que as pessoas tenham acesso a uma qualidade de vida mínima em condições de igualdade, ou seja, são Direitos fundamentais e como podemos ver a Educação é considerada um desses direitos.

O Art. 205 da Constituição já traz indícios de uma educação integral quando afirma que: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. ” Fica claro o objetivo maior da Educação, esta visa o desenvolvimento PLENO do indivíduo, a expressão nos leva a refletir sobre como poderia ser essa escola que fosse capaz de cumprir esse objetivo já explícito em nossa Constituição. Este artigo deixa claro ainda que a sociedade deve ser participante e colaboradora desta formação tornando-se corresponsável da mesma. Partindo da análise desse artigo conseguimos identificar traços fortes daquilo que buscamos definir enquanto uma Educação Integral, características fortes como: desenvolver o educando de forma plena em todos os seus aspectos; promover uma educação integradora em que a escola estabeleça parcerias com a sociedade, são contempladas dentro da Constituição no que diz respeito ao direito à Educação dessa forma, podemos crer que a Educação Integral de tempo integral é, sobretudo, uma grande possibilidade para que alcancemos um padrão de educação de qualidade tal qual está descrito na lei, sobre esse padrão de qualidade temos o Art. 206

O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)
- VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII - garantia de padrão de qualidade.

É possível observar no texto, diversos aspectos que influem diretamente no cotidiano escolar, garantindo acesso e permanência da criança na escola de qualidade contudo, é

preciso destacar que tipo de educação está sendo garantida, pensando nisso nasce o PNE (Plano Nacional de Educação) apontando caminhos para alcançarmos uma educação de qualidade, este está explícito no Art. 214 da Constituição:

A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas

O PNE tem validade de 10 anos e o atual valerá até 2024, este planejamento traz a Educação Integral de tempo integral em sua Meta 6: “oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica. ” (BRASIL. PNE 2014-2024). Essa meta nos mostra que o Brasil tem um grande desafio a cumprir e tem dez anos para isso, mesmo assim ainda é um quantitativo muito pequenos dos alunos, somente 25%, se essa meta for alcançada, terá acesso à formação plena em 2024, um direito já garantido desde 1988 pela Constituição. Ainda há muito o que caminhar para que a Legislação garanta realmente aquilo a que se propõe.

Além da Constituição federal ainda temos outros documentos importantes que reiteram os direitos constitucionais, no que tange a educação temos o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) - normatizado em 1990, trazendo em seu Cap. IV, Art. 53.

A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se lhes:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - direito de ser respeitado por seus educadores;
- III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
- IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;
- V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

O ECA é mais um documento que explicita o direito ao desenvolvimento pleno, isto é, que contemple todas as dimensões do indivíduo, garantindo ainda o direito a condições de acesso e permanência na escola.

Analisando nossas leis percebemos que a Educação é vista como um direito social que atende a toda a população sem distinção alguma. Uma vez garantido o direito temos em mãos o desafio de fazê-lo se cumprir segundo o mesmo se propõe, concretizando-o através de ações que, podem ser propostas por qualquer uns dos níveis: municipal, estadual ou federal. Nos últimos tempos pudemos presenciar o aumento da oferta da educação pública e de como o acesso à escola tem crescido também, de fato isto é real, contudo, é real também que mesmo sendo garantido pela lei o direito da criança de ter condições para a permanência na escola, ainda temos índices alarmantes de evasão, causadas por diversos fatores, sejam eles internos ou externos, mas, que só nos mostram que o acesso foi garantido, porém a permanência ainda é algo um pouco distante.

É diante desses resultados que tem se criado várias políticas públicas que fossem capazes de superar esses problemas, todavia, ainda nos encontramos distantes do que estabelece a Lei. Por esses e outros motivos é de suma importância que conheçamos as leis que regem nosso país e os direitos que as mesmas nos garantem, tendo ciência disto poderemos lutar ativamente para que elas sejam cumpridas, em se tratando da educação, faz-se necessário a participação de todos para que tenhamos uma escola de qualidade, para tanto devemos ampliar nosso olhar e perceber outros tempos e espaços educacionais que possam contribuir para a efetivação de uma educação integral e integradora que potencialize todas as dimensões dos educandos.

CAPÍTULO II: DIAGNOSE DA ESCOLA PESQUISADA

2.1 Histórico

A Escola Estadual de Ensino Fundamental Deputado Gustavo Amorim da Costa, localizada na área urbana do município de Guarabira no Agreste da Paraíba faz limite com os municípios de Pilõeszinhos, Pirpirituba, Araçagi e Cuitegi. A escola recebeu esse nome em homenagem ao ilustre empresário Gustavo Amorim da Costa prefeito do município de Guarabira em 1968, o mesmo foi responsável pela implantação da Faculdade de Filosofia de Guarabira. Eleito deputado Estadual em 1975, o mesmo veio a falecer por motivos de doença não podendo assumir o mandato.

2.2 Aspectos físicos e organização escolar

A Escola faz parte de uma comunidade urbana tem como base econômica a agricultura familiar e a ajuda do Governo Federal, através dos Programas Oficiais como o Bolsa Família, entre outros.

A referida escola dispõe das seguintes dependências:

- 03 salas de aula com boa ventilação e espaço físico adequado;
- 02 banheiros em boas condições de uso;
- 01 cantina com espaço físico inadequado para um bom funcionamento;
- 01 sala onde funciona as oficina de capoeira;
- 01 sala de secretaria, servindo também como diretoria;
- 01 sala onde funciona o laboratório de informática;

- 01 sala de aula onde são realizadas as oficinas de orientação de estudos e leitura, biblioteca e outros.
- 01 sala multinacional.

Seu funcionamento no ano letivo de 2015 se dá nos turnos manhã, tarde e noite. Atendendo 174 alunos sendo 57 no turno da manhã, 73 no turno da tarde e 44 no turno noite.

O corpo administrativo - docente da escola, a partir do ano letivo de 2015, é formado por:

- 01 Gestor
- 01 Adjunto
- 16 Professores
- 05 auxiliares
- 02 Vigias
- 01 Porteiro
- 02 Secretário

A escola segue o Calendário Letivo sugerido pela Secretaria de Educação, como também as atividades pedagógicas indicadas nesse calendário. As mesmas acontecem de forma participativa e democrática, sempre buscando engajar escola – família – comunidade no processo educativo, tendo o apoio também do conselho Escolar da Instituição de Ensino.

Acreditando ser a escola um ambiente propício para a formação do cidadão consciente e atuante, a direção busca acompanhar o trabalho pedagógico, exercendo não só papel administrativo, procurando sempre oferecer meios para a realização das atividades propostas, gerenciando assim de forma democrática junto à comunidade escolar.

Há também a sala de Recursos Multifuncional que é um espaço localizado na Escola Pública de Educação Básica onde se realiza o Atendimento Educacional Especializado (AEE). Ela é constituída de mobiliário, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade, equipamentos específicos e de informática.

O Atendimento Educacional Especializado é feito por professores que devem ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica para a educação especial, inicial e continuada, para atuar com cada tipo de deficiência. O mesmo é feito no horário oposto ao da sala de aula normal, sendo realizado na própria escola na qual o aluno estuda ou em outra escola próxima a sua.

Os alunos atendidos na Sala de Recursos Multifuncionais são considerados público alvo da Educação Especial. Nesse sentido, são alunos com necessidades especiais, aqueles que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial, os quais em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas; alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alteração no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípicas motoras. Incluem –se nessa definição

alunos com autismo, síndrome de asperge, transtornos desintegrativos da infância e transtornos invasivos sem outra especificação, também alunos com altas habilidades / superdotação.

O Atendimento Educacional Especializado tem como objetivo eliminar barreiras que dificultem a participação dos alunos no ensino regular, considerando as suas necessidades específicas.

O processo avaliativo quanto ao desenvolvimento das atividades da Base Nacional Comum, será de forma contínua e sistemática buscando a prevalência do aspecto qualitativo sob quantitativo, seguindo o art. 43 da resolução 188/98.

Serão aplicados procedimentos avaliativos, para efeitos de promoção do aluno, devidamente anotados nos Diários de Classe. Cabendo ao corpo docente escolher a melhor técnica de realização dos procedimentos avaliativos, tais como: prova escrita subjetiva, produção de texto, apresentação de seminários, pesquisa de campo, etc.

2.3 Programas em funcionamento na escola e o Projeto Político-Pedagógico

O Programa Primeiros Saberes da Infância é uma iniciativa da Secretaria de Estado da Educação Infantil (PPSI) e do Ensino Fundamental, que visa fortalecer as ações pedagógicas desenvolvidas nas escolas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental da rede estadual e, mais especificamente, subsidiar o trabalho dos professores do 3º e 5º ano dessa etapa de ensino, contribuindo para formação básica cidadã das crianças, e será executado em articulação com as Gerencias Regionais e Unidades de Ensino.

Está estruturado em duas fases: a primeira visa atender as crianças que estão no processo de alfabetização nos três anos iniciais de ensino Fundamental, de forma que, ao término do 3º ano, os educandos completem satisfatoriamente esse ciclo que tem como foco o desenvolvimento e aprendizagem das crianças de 6 a 8 anos que formam o Ciclo da Infância (Parecer 04/CNE/2008). A segunda fase propõe trabalhar a consolidação da alfabetização, atendendo aos educandos dos 4º e 5º anos do Ensino Fundamental, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo, conforme a Lei 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

O projeto “Minha escola tem história” visa esclarecer aos alunos todo o início da trajetória de nossa comunidade escolar, tendo como finalidade incentivar o alunado a conhecer melhor a instituição escolar em que o mesmo está incluso, para que consiga delimitar seu espaço e respeitar o espaço do outro. Toda escola tem sua história, sua memória, que às vezes é um pouco esquecida pelo decorrer do tempo e deve ser resgatada de forma a esclarecer e dar oportunidade para que a comunidade colegial atual saiba sobre sua trajetória desde o início e reconheça e valorize os dias atuais.

Esse projeto tem como objetivo transpassar a importância do resgate histórico da Escola Estadual de Ensino Fundamental Deputado Amorim da Costa para os discentes e toda a comunidade escolar, identificando-os enquanto sujeitos transformadores dessa história.

Já o projeto Preservação do Meio Ambiente vai de acordo com a pesquisa do IBGE a população brasileira – de 60 milhões de habitantes – produz algo como 32,8 milhões de toneladas de lixo por ano. Deste total, apenas 23 % passa por algum tipo de tratamento ou disposição final. Grande parte do lixo que não é reaproveitado acaba poluindo as ruas, os rios ou sendo aterrados e queimados em grandes lixões e aterros sanitários.

O uso indevido de recursos essenciais como por exemplo, a água, pode provocar no futuro bem próximo, a sua escassez. Sabemos que a água encontrada no planeta Terra apenas 3% é água doce e dessa 2% encontra-se congelada restando apenas 1% para o consumo.

Apesar de todos os avanços em uma sociedade cada vez mais informatizada, os cuidados com o meio ambiente ainda não estão recebendo o valor que merecem.

Diante de todo esse quadro que aparece na escola mundial é necessário que a escola local se posicione e procure meios e ações para possibilitar a formação de um cidadão para a prática, partindo de uma perspectiva sustentável. E tem como objetivos: Despertar nos alunos uma consciência ecológica, tornando-os capazes de tomar decisões e praticar ações, reconhecer a situação ambiental da realidade, quando apontando suas causas e consequências, conscientizar o dano ao meio ambiente causado pelo desperdício de água, poluição, e má conservação do patrimônio escolar. E com isso diminuir o volume de lixos e estimular a reciclagem e economia de resíduos.

Projeto Direitos Humanos – Multiculturalismo é baseado no Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação, Alfabetização e Diversidade, que promove políticas públicas voltadas para a Educação em Direitos Humanos, tendo como referência o Plano Nacional em Direitos (PNEDH) elaborado em 2003 e revisado pelo ME. Tem como objetivo principal desencadear processos permanentes de Educação em Direitos Humanos nas Escolas. O respeito a diversidade e as diferenças são pontos primordiais da educação em Direitos Humanos e a garantia desse direito de ser diferente é o foco principal desse projeto, visto que enfocará os Direitos das pessoas com necessidades especiais, direitos estes já previstos na LDB (Lei de diretrizes e Bases da Educação). Esse projeto tem como objetivos: Conscientizar os alunos de seus direitos e deveres, desenvolvendo atitudes de cooperação, respeito e ajuda mútua, compreender que somos todos iguais apesar das diferenças, conhecer, apreciar e praticar o respeito pelas diferentes culturas.

O projeto A Cultura da Paz é uma iniciativa da Secretária do Estado e Educação por intermédio da Gerência Executiva da Educação do Ensino Fundamental, que visa fortalecer as ações pedagógicas e ajudar ao professor como resolver conflitos na escola sem a prática da violência. Considerando a escola um espaço mais adequado para uma aprendizagem global, pensamos na Paz como perspectiva de um tema para buscar o bem

estar emocional e social. Aliados com a *Liga pela paz* o trabalho é realizado nas salas regulares do ensino fundamental I e II no programa Mais educação, alicerçamos uma forte parceria com todos os profissionais envolvidos para um resultado concreto. Esse projeto visa: Analisar e solucionar situações de conflitos, educar as Emoções em prol da razão, ter uma vida social segura e saudável e perceber que o mundo está necessitando de paz urgentemente.

O projeto intitulado “Preservação do patrimônio público: escola eficiente, adulto consciente” foi desenvolvido pela comunidade escolar a fim de despertar nos alunos a importância da preservação do patrimônio ao qual usufruímos no âmbito escolar, a partir da observação em relação ao cuidado com o bem público.

O Programa Mais Educação foi instituído pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e integra as ações do plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), como uma estratégia do Governo Federal para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular, na perspectiva da Educação Integral.

Trata-se da construção de uma intersetorial entre as políticas públicas educacionais e sociais, contribuindo, desse modo, tanto para a diminuição das desigualdades educacionais, quanto para a valorização da diversidade cultural brasileira.

Por isso coloca-se em diálogo as ações empreendidas pelos Ministérios da Educação – MEC, da Cultura – MINC, do Esporte – ME, do Meio Ambiente – MMA, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, da Ciência e da Tecnologia – MCT, e também da Secretaria Nacional de Juventude e da Assessoria Especial da Presidência da República, essa última por meio do Programa Escolas – Irmãs, passando a contar com o apoio do Ministério da Defesa.

Essa estratégia promove a ampliação de tempos, espaços, oportunidades educativas e o compartilhamento da tarefa de educar entre os profissionais da educação e de outras áreas, as famílias e diferentes atores sociais, sob a coordenação da escola e dos professores. Isso porque a Educação Integral associada ao processo de escolarização, pressupõe a aprendizagem conectada à vida e ao universo de interesse e de possibilidades das crianças, adolescentes e jovens.

O ideal da Educação Integral traduz a compreensão do direito de aprender como inerente ao direito à vida, a saúde, a liberdade, ao respeito, à dignidade e à convivência familiar e comunitária e como condição para o próprio desenvolvimento de uma sociedade republicana e democrática. Por meio da Educação Integral, se reconhece as múltiplas do ser humano e a peculiaridade do desenvolvimento de crianças, adolescentes e jovens.

Esse ideal está presente na Legislação Educacional Brasileira e pode ser apreendido em nossa Constituição Federal, nos artigos 205, 206 e 207; no Estatuto da Criança e do Adolescente(Lei nº 9089/1990) ; em nossa lei de diretrizes e Bases (Lei nº 9394/1996), nos artigos 64 e 87 ; no Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.179/2001), no Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Lei nº 11.494/2007) e no Plano de Desenvolvimento da Educação.

O programa mais educação atende, prioritariamente, escolas de baixo IDEB, situadas em capitais, regiões metropolitanas e grandes cidades em territórios marcados por situações de vulnerabilidade social que requerem a convergência prioritária de políticas públicas e educacional.

O mesmo é operacionalizado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), em parceria com a Secretaria de Educação Básica (SEB), por meio do Programa dinheiro direito da Escola (PDDE), do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para as escolas prioritárias.

As atividades fomentadas organizadas nos seguintes macro Campos: Acompanhamento Pedagógico (Orientação de estudos e leitura), Esporte e Laser, Cultura, Artes e Educação Patrimonial (Canto Coral, Capoeira), Comunicação, uso de mídias e cultura digital e tecnológica (Tecnologias Educacionais) – Liga pela Paz.

As oficinas desenvolvidas na escola dentro dos macros Campos são:

Orientação de estudos e leitura: Articulação entre o currículo estabelecido da escola e as atividades pedagógicas propostas pelo PME, contemplando as diferentes áreas do conhecimento, ensejando assim o permanente diálogo entre os professores das escolas e os monitores do programa.

Esporte e Laser: Ação pedagógica, por meio de uma proposta planejada, inclusiva, participativa que possibilita o desenvolvimento de diversas modalidades.

Canto Coral: Propicia ao estudante condições para o aprimoramento de técnicas vocais do ponto de vista sensorial, intelectual e afetivo, tornando-o capaz expressar-se com liberdade por meio da música e auxiliando na formação do ouvinte de forma a contribuir para a integração social e valorização das culturas populares.

Capoeira: Incentivo à prática da capoeira como motivação para o desenvolvimento cultural, social, intelectual, afetivo e emocional de crianças e adolescentes, enfatizando os seus aspectos culturais, físicos, éticos, estéticos e sociais, a origem da evolução da copeira, seu histórico, fundamentos, rituais, músicas, cânticos, instrumentos, jogo e roda e seus mestres.

Tecnologias educacionais: Ampliação de tecnologias específicas, visando a instrumentalização metodológica para ampliação das oportunidades de aprendizado dos estudantes participantes do programa. A Liga Pela Paz é uma tecnologia educacional cujo seu objetivo é melhorar a convivência da escola, reduzir a violência e contribuir para o aumento dos índices de aprendizagem.

O projeto Político Pedagógico da Escola Estadual de Ensino Fundamental Deputado Gustavo Amorim da Costa, situada na rua Oseas Amaral, 133, no bairro Cordeiro – Guarabira/PB. A construção deste Projeto conta com a participação de todos envolvidos no processo educativo: professores, funcionários, pais, alunos, serviços gerais e instancias colegiadas. É um documento que não se pode dizer que está totalmente concluído, pois, há sempre o que aperfeiçoar, mudar, realimentar de acordo com a necessidade do momento histórico. Nesse sentido deve acompanhar as mudanças internas da organização escolar e suas transformações na esfera econômica, social, educacional, ética e cultural.

A LDB, Lei 9.394/96, prevê que “os estabelecimentos de ensino respeitando as normas comuns e as do sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica “. É uma exigência necessária para que se tenha uma reflexão sobre suas ideias educacionais, sobre o currículo e ainda que é importantíssimo, sobre a teoria e prática educacional e pedagógica.

Pretende-se construir um Projeto Político Pedagógico que venha atender ao desenvolvimento das competências pelos quais os alunos do Ensino Fundamental possam assimilar informações e que estas venham a ser utilizadas em contextos pertinentes, e com isso sejam oferecidas com real enfoque na Escola e pela Escola.

Ao elaborar um Projeto Político e Pedagógico deve-se pensar na construção de um documento que desenvolva uma pedagogia ativa e que seja responsável pela prática pedagógica diversificada, construindo uma escola diferenciada, o que implica numa mudança de papel da escola e da prática educativa dos professores e demais envolvidos no processo educacional.

A construção do PPP se deu a partir de um planejamento educacional, quando falamos em planejamento nos referimos a um trabalho de preparação com decisões e métodos determinados proporcionando uma tomada de decisões que auxiliará na construção do Projeto Político Pedagógico da escola, nessa mesma linha Padilha (2008,0p.73) coloca:

Pensar o Planejamento Educacional visando ao Projeto Político Pedagógico da Escola é, essencialmente, exercitar nossa capacidade de tomar decisões coletivamente “. Essa tomada de decisões se dará com o objetivo de refletir e discutir os problemas existentes na instituição de ensino e construir metas a serem realizadas, propiciando a participação de todos na sua construção que representa a organização do trabalho e das atividades.

É nesta concepção que os educadores – gestor, equipe técnica e demais funcionários, pretendemos elaborar e cumprir com nosso plano de trabalho, dentro de uma organização escolar coerente, a organização da sala de aula e outras atividades pedagógicas e administrativas da Escola Estadual de Ensino Fundamental Deputado Gustavo Amorim.

É fundamental a colaboração, o apoio e principalmente o querer participativo e profissional de cada um, isto encontra-se na honestidade e no compromisso profissional e educacional de todos para que juntos possam trabalhar de uma maneira democrática. O Projeto Político Pedagógico construído pela escola é o definidor de critérios para organização curricular e a seleção de conteúdo, o que pressupõe uma didática - metodológica sistematizada no processo ensino – aprendizagem, que favoreça o aluno quanto ao processo de elaboração crítica dos conteúdos.

É através da elaboração do PPP que a escola define o tipo de cidadão que pretende formar, por assumir essa responsabilidade o projeto apresenta sua dimensão política “ ... por estar intimamente articulado ao compromisso sócio - político (...). É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade. “ (Veiga, 1995, P. 13), sendo assim fica explícito que a escola trabalha para

formar o cidadão ideal para a sociedade vigente e a dimensão política do seu projeto maior (PPP) será seu rumo, visto que não se constrói um projeto pedagógico sem uma direção política.

A dimensão pedagógica refere-se as ações propostas pela escola, ou seja, refere-se a intencionalidade daquilo à que a escola se propõe destacando suas características e propósitos para a formação do cidadão participativo, criativo e autônomo, nesse sentido Moacir Gadotti coloca:

Cidadania e autonomia são hoje duas categorias estratégicas de construção de uma sociedade melhor em torno das quais há frequentemente consenso. Essas categorias se constituem na base da nossa identidade nacional tão desejada e ainda tão longínqua...(GADOTTI,2000, p. 39)

Dessa forma o PPP atuará na escola como um horizonte abarcado de ações para que em suas dimensões: Política e Pedagógica possa oferecer uma formação integral do educando tornando-o autônomo e atuante na sociedade. As dimensões do projeto tornam-se indissociáveis e recíprocas para que o PPP aconteça efetivamente organizando o trabalho pedagógico, superando conflitos, eliminando as relações competitivas e a centralização do poder através da gestão democrática.

A visão de Educação, está historicamente ligada ao tipo de sociedade que o ser humano deseja construir. Dessa forma, podemos dizer que tanto a sociedade influencia o conceito de educação que temos, como também é o conceito de educação que influencia a sociedade que queremos. Esse caminho de mão dupla não se processa de forma neutra e harmônica. Pelo contrário, podemos reconhecer em um mesmo período histórico visões contraditórias e escola. Assim, não pode-se falar em um único conceito de Educação.

Na atual sociedade, que se caracteriza como uma sociedade democrática, o processo educacional não pode ser instrumento para a imposição, por parte do governo, de um projeto de sociedade e de uma nação. A realidade brasileira, historicamente se caracteriza por uma profunda estratificação social e a injusta distribuição de renda, que tem funcionado como um entrave para que uma parte considerável da população possa valer seus direitos e interesses fundamentais.

Numa visão ultrapassada de sociedade, a responsabilidade quanto a garantia desse processo democrático recaia exclusivamente ao Estado. Porém, hoje reconhecemos que a responsabilidade de uma Proposta Educacional Democrática é de toda sociedade, na qual a escola está inserida. É responsabilidade do Estado investir na escola pra que ela prepare e instrumentalize crianças e jovens para o processo democrático, através de uma proposta educacional que tenha em vista a qualidade da formação a ser oferecida a todos os estudantes.

Essa responsabilidade expressa –se no objetivo geral da Educação que busca “ a formação de cidadãos autônomos, críticos e participativos, capazes de atuar com

competência no mundo do trabalho e consumo, com dignidade na sociedade em que vivem. ” No contexto atual se faz de grande relevância para a construção do cidadão “discussões sobre a dignidade do ser humano, a igualdade de direitos, a recusa categórica de forma de discriminação, a importância de solidariedade e do respeito “. Para isso, podemos ressaltar que “o exercício da cidadania exige o acesso de todos à totalidade dos recursos culturais relevantes para a intervenção e a participação responsável da vida social. ”

A demanda da Escola Democrática faz uma releitura do processo ensino – aprendizagem, destacando uma nova relação entre conhecimento e trabalho, estimulando capacidades de iniciativas e inovação e mais do que nunca, ensinar o aluno a “aprender a aprender “. Assim, passa a ser uma função da Escola Básica, a qual o ensino fundamental está inserido , garantir condições para que o aluno construa instrumentos que os capacitem para um processo de educação permanente , nessa perspectiva Paulo Freire coloca “ Ensinar não é transmitir conhecimento, mais criar as possibilidades para sua produção ou sua construção.”(Freire, 1996,0p. 22), dessa forma é possível compreender que o conhecimento será fruto de uma construção coletiva na quanto tanto o professor quanto o aluno serão sujeitos ativos do processo.

O Projeto Político Pedagógico de uma escola, vem dentro dessa visão de escola democrática, substituir os antigos documentos de Propostas Pedagógicas, que muitas vezes eram construídos de forma fechada, sem a participação da comunidade escolar, ficando engavetados anos após anos. O Projeto Político Pedagógico é um documento essencialmente vivo e dinâmico onde se expressa de forma organizada os objetivos próprios de uma escola, sendo elaborados e manifestados pela ação coordenada de sua comunidade escolar (direção, professores, estudantes, pais, comunidade). A meta principal do Projeto Político Pedagógico é a garantia coerente da formação dos alunos levando em consideração a particularidade de cada escola, por meio do levantamento da caracterização espaço – administrativa e problemática vivenciadas na mesma, e o estabelecimento de metas e meios para a resolução dos problemas , através da criação e valorização de rotinas de trabalho pedagógico da comunidade escolar, como também da corresponsabilidade de todos os membros da comunidade a qual a escola está inserida. Ressaltando que a pratica de reflexão coletiva, proposta no processo de construção do Projeto Político Pedagógico não é algo que se atinja de uma hora para outra, pois a realidade é bastante complexa, o desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico requer tempo para análise, discussão e reelaboração continua.

Nessa nova proposta educacional, na busca de uma escola democrática, a pratica pedagógica passa ter uma grande importância, pois é no espaço da sala de aula que a vivencia democrática se concretiza. Ou seja, não é coerente que na busca e luta pela escola democrática, se defenda um ideal democrático e participativo, sendo que a pratica pedagógica do professor ainda esteja enfocada na figura exclusiva do professor, ou do aluno, ou do processo ensino – aprendizagem por si só. A nova pratica pedagógica deverá estar pautada necessariamente na resignação da unidade entre ensino e aprendizagem, relacionando-o ao contexto social e histórico, no qual a comunidade escolar está inserida.

O Projeto Político - Pedagógico apresenta um caminho para que o educador trabalhe com seus alunos muito mais do que o currículo escolar, ele proporciona um campo de ensino muito mais do que o currículo escolar, ele proporciona um campo de ensino muito mais abrangente indo além da escola, procurando sempre estar mantendo relações com as questões da realidade social em que o aluno está inserido, visto que a escola deve formar o cidadão não só no aspecto cognitivo mais sim em sua totalidade como coloca os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997,p. 67) ao tratar dos objetivos da educação : ‘ ... os objetivos se definem em termos de capacidades de ordem cognitiva, física, afetiva, de relação interpessoal e inserção social, ética e estética , tendo em vista uma formação ampla.’ Sendo assim é possível observar que somente um trabalho pautado em um projeto, conseguirá abranger o educando em sua totalidade como também atender as necessidades da escola, pois, trata-se de uma formação muito mais ampla que envolve não só o professor e o aluno, mas sim toda a comunidade escolar, é importante que o educador se conscientize da importância de sua participação na construção do PPP e de como este, estará presente em sua prática educativa. Surge então, o conceito da aprendizagem significativa, que implica necessariamente da releitura do professor quanto à sua prática, reconhecendo que só se concretiza com o processo ensino - aprendizagem quando os alunos conseguem estabelecer relações substantivas e não arbitrárias entre os conteúdos escolares ensinados e os conhecimentos previamente construídos por eles, num só processo de releitura da realidade vivida e articulação de novos significados dessa realidade.

Baseado nessa nova proposta e prática pedagógica se elenca como objetivos para o Ensino Fundamental.

- Compreender cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia a dia, atitude de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças respeitando o outro e exigindo para si mesmo o respeito;
- Posicionar-se de maneira crítica, responsável, construtiva nas diferentes situações sociais, utilizando o diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas;
- Conhecer características fundamentais do Brasil nas dimensões sociais, materiais e culturais como meio para construir progressivamente a noção de identidade nacional e pessoal e o sentimento de pertinência ao país;
- Valorizar a pluralidade do patrimônio sócio cultural brasileiro, bem como os aspectos sócio culturais de outros países e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseadas em diferenças culturais, de classe social, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais;
- Perceber-se integrante, dependente e agente transformador do ambiente, identificando seus elementos e as interações entre eles, contribuindo ativamente para a melhoria do meio ambiente;
- Desenvolver o conhecimento ajustando de si mesmo e o conhecimento de confiança em suas capacidades afetivas, físicas, cognitivas, relação-interpessoal e inserção social, para agir com perseverança na busca de conhecimento e no exercício da cidadania;

- Conhecer e cuidar do próprio corpo, valorizando e adotando hábitos saudáveis como um dos aspectos básicos da qualidade de vida e agindo com responsabilidade em relação à sua saúde coletiva;
- Utilizar as diferentes linguagens – verbal, matemática, gráfica, plástica e corporal – como meio para produzir, expressar, e comunicar suas ideias, interpretar e usufruir das produções culturais, em contexto público e privado atendendo a diferentes intenções e situações de comunicação;
- Saber utilizar diferentes fontes de informação e recursos para adquirir e construir conhecimento;
- Questionar a realidade formulando-se problemas e tratando de resolvê-los, utilizando-se para isso o pensamento lógico, a criatividade, a intuição, a capacidade de análise crítica, selecionando procedimentos e verificando sua adequação.

CAPÍTULO III: A PESQUISA: PROCESSO TEÓRICO METODOLÓGICO

3.1 Aspectos metodológicos da pesquisa

Pesquisar consiste em um processo metódico de investigação, recorrendo a procedimentos científicos para encontrar respostas para um problema. Para esta pesquisa, é obrigatório avaliar se o problema apresenta interesse para a comunidade científica e se constitui um trabalho que irá produzir resultados novos e relevantes para o interesse social. De acordo com o dicionário Pesquisa é “Ação ou efeito de pesquisar; busca, indagação, inquirição, investigação”, no espaço acadêmico a mesma é um suporte, em que os alunos têm como objetivo produzir conhecimento para uma disciplina acadêmica, contribuindo para o avanço da ciência, dentro de sua área e para o desenvolvimento social.

Esta pesquisa foi realizada na E.E.E.F. Deputado Gustavo Amorim, situada a rua Óseas Amaral, 133, bairro do Cordeiro. Atualmente a instituição atende 174 alunos sendo 57 no turno da manhã, 73 no turno da tarde e 44 no turno noite desses, 116 são atendidos pelo Programa Mais Educação. A pesquisa foi realizada no período de abril a junho de 2015.

A partir da observação na escola acima citada, e devido a necessidade de estar no espaço investigado optamos por uma abordagem qualitativa, descrevendo/explorando as especificidades do espaço investigado. As chamadas metodologias qualitativas implicam num processo de coleta de dados em que o pesquisador passa um tempo maior em contato com a realidade examinada; seja observando/participando/dialogando/ouvindo bem como, integrando o espaço social que é o seu objeto de pesquisa.

Pautados em nossos objetivos de investigação elegemos uma pesquisa exploratória de cunho bibliográfico e documental, uma investigação crítica de ideias, conceitos; uma análise comparativa de diversas posições acerca de um problema, a partir das quais o pesquisador defenderá, de forma lógica e criativa, a sua tese (Rummel, 1968, p. 4). A pesquisa documental assemelha-se à bibliográfica e se aproxima da pesquisa histórica. É uma investigação crítica de eventos, desenvolvimentos e experiências próximos ao presente através de cuidadosa análise das fontes de informação.

3.2 O Programa Mais Educação: aspectos gerais

A ideia de uma educação de qualidade vem sempre atrelada ao tempo de permanência da criança na escola, partindo deste pensamento em 2007, o Governo Federal lança o Plano de Metas “Compromisso Todos pela educação” por meio do Decreto Lei nº 6094/2007 que em alguns artigos específicos apontam para a instalação de uma educação de tempo integral. As metas encontradas no Decreto indicam uma escola diferente, mais integrada com a comunidade e as transformações sociais, utilizando novos espaços educacionais como também instrumentos que viabilizem o processo de ensino e aprendizagem partindo da realidade cotidiana dos educandos. O objetivo deste documento é, sobretudo a garantia de uma escola de qualidade e para tanto dentro de todas as ações por ele propostas temos o Programa Mais Educação, regulamentado pela portaria interministerial nº 17/2007.

O Programa Mais Educação surge no intuito de proporcionar uma educação integral de tempo integral ampliando a jornada dos alunos a partir de atividades diversas realizadas no contra turno escolar, a partir dessas estratégias buscou-se melhorar o desempenho dos alunos, reduzir a evasão, visto que os educandos encontravam agora,

muitos atrativos dentro da própria escola (atividades esportivas, artísticas, lúdicas, culturais etc.). Sobre o objetivo do Programa o Art. 1º da Portaria determina:

Instituir o Programa Mais Educação, com o objetivo de contribuir para a formação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio da articulação de ações, de projetos e de programas do Governo federal e suas contribuições às propostas, visões e práticas curriculares das redes públicas de ensino e das escolas, alterando o ambiente escolar e ampliando a oferta de saberes, métodos e, processos e conteúdos educativos.

É possível perceber no texto que o Programa vem para ampliar o alcance da educação oferecida nas escolas, contemplando novos espaços, novos saberes e novos desafios, tornando o processo muito mais próximo da realidade dos educandos, visto que, o Programa deve ser articulador, integrando a escola com a comunidade, considerando ambos enquanto formadores. O Programa se dá “promovendo a aproximação entre a escola, as famílias e as comunidades mediante atividades que visem a responsabilização e a interação com o processo educacional, integrando os equipamentos sociais e comunitários entre si e à vida escolar” (BRASIL, 2007).

O Programa Mais Educação é dividido em macrocampos de saber: acompanhamento pedagógico; educação ambiental; esporte e lazer; Direitos Humanos e cidadania; cultura e artes; inclusão digital, comunicação e uso das mídias; promoção da saúde, alimentação e prevenção; investigação no campo das Ciências da Natureza e Educação Econômica (BRASIL, 2009), a partir desses campos são desenvolvidas as oficinas que são escolhidas de acordo com os interesses da comunidade em que a escola está inserida, abrangendo os mais diversos espaços disponíveis.

O mais interessante de se ressaltar na proposta de Educação integral através do Programa Mais Educação é seu leque de opções para eleger espaços e métodos de aprendizagem, tornando o aluno o maior protagonista da escola pois, é de acordo com suas especificidades locais que a escola oferecerá as atividades.

O Mais Educação é um grande passo na educação integral do nosso país, é evidente que muito ainda precisa ser feito e adequado, principalmente no que diz respeito à formação, para que os responsáveis pelo mesmo saibam de fato como colocar em prática tudo o que o Programa propõe, ainda estamos distantes de uma Educação

Integral de tempo Integral efetiva, mas, podemos dizer que aos poucos os profissionais da educação estão se familiarizando e aprovando as novidades dessas políticas públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos assim que falar em Educação Integral de tempo Integral não é uma novidade, estas estratégias já vêm sendo pensada há muito tempo por grandes estudiosos da educação que, por sua vez, já enxergavam na educação integral uma maneira de formamos cidadãos em sua completude valorizando seu meio, sua história, cultura e saberes.

A educação de tempo integral amplia a jornada escolar da criança, mas, esta ampliação não garante que a educação seja integral, ela só ocorrerá de fato se todas as dimensões do indivíduo forem potencializadas, não só o cognitivo, mas, o emocional, o cultural, o corporal etc. A sociedade caminha, evolui e, a escola não pode ficar para trás, ela precisa acompanhar todos esses avanços para assim poder formar cidadãos capazes de atuar na sociedade em que estão inseridos. Acreditar que os saberes atrelados ao currículo formal sozinhos promovem a educação escolar, torna a escola obsoleta, hoje percebemos que a escola precisa ir muito mais além, ela necessita quebrar seus muros e tornar-se integradora, atuando junto com a comunidade e é esta integração que a

Educação Integral propõe, trazer para a escola os saberes populares já dominados e potencializá-los, dando sentido ao ensino.

O governos vem através de políticas públicas buscar estratégias que melhorem a qualidade da educação no país, dentro da Educação Integral surge o Programa Mais Educação, algo plausível que chega às escolas para auxiliar toda a comunidade a escolar a entender que a escola não pode se fechar só para si mas, que precisa criar vínculos, diálogos, parcerias com toda a comunidade que a rodeia para assim elevar seus níveis e sanar problemas já conhecidos, tais como: evasão, distorção idade-série, repetência, dentre outros. O Programa Mais Educação vem, aos poucos, adentrando às instituições de ensino e levando junto a proposta de uma educação integral integradora. Ainda precisamos caminhar muito até chegarmos a um país de educação integral, mas, é louvável admitirmos que um pequeno grande passo está sendo dado.

REFERÊNCIAS

Brasil. Lei de diretrizes e Base da Educação Nacional. Lei nº 9.394/96. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em 28. jul. 2015.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

BRASIL. Portaria Normativa Interministerial nº 17/2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/mais_educacao.pdf. Acesso em. 14. jun. 2015.

BRASIL. Decreto nº 6094/2007. *Do plano de metas Compromisso Todos Pela Educação*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm. Acesso em 14.jun. 2015.

BRASIL. Portaria Normativa Interministerial nº 17, de 24 de Abril de 2007. Institui o Programa Mais Educação. Disponível em: .

<http://www.abmes.org.br/abmes/legislacoes/visualizar/id/220> Acesso em 01 jul. 2015.

BRASIL. Ministério Da Educação. Programa Mais Educação – Passo a passo por Maria Eliane Santos, et al. Brasília: MEC – Secad., 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/passoapasso_maiseducacao.pdf. Acesso em 14 jun. 2015.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução aos parâmetros curriculares nacionais*. Brasília: MEC/SEF,1997.

CAVALIERE, Ana Maria. *Tempo de escola e qualidade na educação pública*. In.: *Educação e Sociedade*. Campinas, vol. 28, n. 100 –Especia, 2007.

Dicionário de língua portuguesa online. Disponível em:

<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=pesquisa>. Acesso em 28.07.15

FILHO, L. *Introdução ao estudo da Nova Escola*. São Paulo: Melhoramentos, 1950.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à pratica educativa*. São Paulo: Paz e Terra,1996.

GIMENO SACRISTÁN, Jose. *O currículo: uma reflexão sobre a prática*. Porto Alegre: Artmed, 1998.

GADOTTI, Moacir. *Projeto Político Pedagógico da Escola: Fundamentos para sua realização*.in: GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José É. (org.). *Autonomia da escola: princípios e propostas*. 3. Ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2000.

HORA, D. M. e COELHO, L. M. *Diversificação curricular e Educação Integral*. 2004, p. 1-18. Disponível em:
<http://www.unirio.br/cch/neephi/arquivos/divercurriceducint.doc>. Acesso em: 15 mai. 2015.

Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova: a reconstrução educacional no Brasil – ao povo e ao governo. Rio de Janeiro: [s.n.], 1932. Disponível em:
http://www.pead.faced.ufrgs.br/sites/publico/eixo5/organizacao_gestao/modulo3/quero_saber_mais.pdf .Acesso em: 16 jun. 2015.

MOLL, Jaqueline (Org.). *Educação integral: texto referência para o debate nacional*. Brasília: MEC/Secad, 2009. (Mais Educação).

PADILHA, Paulo Roberto. *Planejamento dialógico: Como construir o projeto político – pedagógico da escola*. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

RUMMEL, J. F. *Introdução aos procedimentos de pesquisa em educação*. Porto Alegre, Globo, 1972.

VEIGA, Ilma Passos A. (org.). *Projeto político – pedagógico da escola: Uma construção possível*. 24 ed. Campinas - SP: Papyrus, 1995.